

Discursos bolsonaristas e narrativas de policiais militares em tempo de pandemia de COVID-19

Pro-Bolsonaro discourse and military police officers' narratives during COVID-19 pandemic

Discursos bolsonaristas y narrativas de policías militares en tiempos de pandemia de COVID-19

Recebido: 01/04/2022 | Revisado: 18/04/2022 | Aceito: 25/04/2022 | Publicado: 28/04/2022

Lara Abreu Cruz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5716-491X>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: profa.laraabreu@gmail.com

Maria Glaucéria Mota Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9929-9097>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: maria.brasil@uece.br

Resumo

O artigo busca identificar e analisar a presença de discursos bolsonaristas sobre a pandemia da COVID-19 em narrativas de policiais militares sobre o novo coronavírus. O corpus da pesquisa se consubstancia por meio de um questionário respondido por policiais militares, durante os meses de junho e julho de 2020, para uma pesquisa sobre a atuação das polícias militares em tempo de pandemia e discursos proferidos pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, assim como por sua equipe ministerial, entre os meses de março a agosto de 2020, sistematizados pela Conectas Direitos Humanos. Para tanto, utilizamos a análise do discurso crítica de Norman Fairclough. Como resultado, verificamos que as narrativas policiais reproduzem os discursos construídos pelo presidente da República de negação da pandemia e de falsas terapêuticas. Portanto, consideramos a necessidade de que pesquisas mais aprofundadas sejam realizadas sobre o tema, tendo em vista os limites existentes entre o pensamento conservador bolsonarista e as atuações profissionais dos policiais militares em tempo de pandemia.

Palavras-chave: Discursos bolsonaristas; Polícia militar; COVID-19; Negacionismo científico.

Abstract

The article seeks to identify and analyze the presence of a pro-Bolsonaro discourse during the covid-19 pandemic in military police officers' statements about the new coronavirus. The corpus of the research is based on a questionnaire answered by military police during the covid-19 pandemic, and speeches by President Jair Messias Bolsonaro, as well as his ministerial team, between the months of March to August 2020, systematized by Conectas Direitos Humanos. It uses Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (CDA). As a result, it is verified that the military police officers' statements report the discourse built by the president of Brazil, reproducing narratives that deny the pandemic and encourage false therapies. Therefore, the need for more in-depth research on the subject should be considered to be carried out, in view of the existing limits between conservative pro-Bolsonaro thinking and the professional performances of the military police in times of a pandemic.

Keywords: Pro-Bolsonaro discourse; Military police; COVID-19; Scientific denialism.

Resumen

El artículo busca identificar y analizar la presencia de discursos bolsonaristas sobre la pandemia de covid-19 en el habla de policías militares sobre el nuevo coronavirus. El corpus de la investigación se fundamenta a través de un cuestionario contestado por policías militares en varias ciudades brasileñas, durante los meses de junio y julio de 2020, para una investigación sobre la actuación de la policía militar en tiempos de pandemia y discursos pronunciados por el presidente Jair Messias Bolsonaro, así como por su equipo ministerial, entre marzo y agosto de 2020, sistematizados por Conectas Derechos Humanos. Para ello, utilizamos el análisis crítico del discurso de Norman Fairclough. Como resultado, comprobamos que el habla de los policías reproduce los discursos construidos por el presidente de la república de negación de la pandemia y de falsas terapias. Por lo tanto, consideramos la necesidad de realizar una investigación más profunda sobre el tema, teniendo en cuenta los límites existentes entre el pensamiento conservador bolsonarista y las actuaciones profesionales de los policías militares en tiempos de pandemia.

Palabras clave: Discursos bolsonaristas; Policía Militar; COVID-19; Negacionismo científico.

1. Introdução

A popularidade do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, vem atingindo altos níveis de reprovação, como tem sido demonstrado por diversas pesquisas de opinião. Segundo o *site* de notícias Uol, o último levantamento de 2021 sobre a popularidade do governo Bolsonaro, realizado pelo instituto de pesquisas PoderData, com 3 mil eleitores brasileiros, constatou um índice de reprovação de 63%, aumento de 7 pontos percentuais em um mês¹. A queda na popularidade permaneceu, ainda, no primeiro mês de 2022, conforme dados divulgados pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), a partir de consulta realizada com mil eleitores durante os primeiros dias de janeiro de 2022, apontando que 64% dos entrevistados reprovavam a atuação do Governo Federal e, apenas, 24% mostraram intenção de voto em Bolsonaro nas eleições de 2022, enquanto 44% declararam voto no ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva².

Ainda assim, o presidente vem tentando manter a adesão da sua base eleitoral, especialmente de militares das Forças Armadas e das Polícias Militares (PMs), das quais possui uma influência devido ao seu histórico de militar reformado. Para tanto, Bolsonaro segue reforçando sua defesa de causas militares, como o excludente de ilicitude³ e a promoção de escolas cívico-militares; aprova medidas de incentivo para os profissionais de segurança pública, como o programa Habite Seguro para créditos imobiliários e o Projeto de Lei 3998/20, que garante a isenção do Imposto para Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis nacionais; e reafirma seu compromisso na elaboração de uma nova lei orgânica para as PMs e Polícias Civis. É preciso, ainda, destacar o crescimento no número de militares ocupando cargos civis no Governo Federal durante a gestão Bolsonaro. Segundo Nozaki (2021, p. 9), de 2018 a 2020 houve um aumento em cerca de 55% na presença de militares na administração federal, o que, para o pesquisador, reflete uma “tendência à militarização da gestão pública”.

No entanto, não é apenas esses benefícios que atraem militares ao governo Bolsonaro, mas, também, uma aproximação aos valores e pautas defendidas pelo presidente, organizados no que é comumente conhecido como “bolsonarismo”. Entendemos o bolsonarismo como um fenômeno político ultraliberal conservador, caracterizado por grupos que se identificam com uma heterogeneidade de bandeiras antidemocráticas, negacionistas, moralistas e autoritárias, e que se aglutinam em torno da figura de Jair Messias Bolsonaro, o qual consideram seu porta-voz (Alonso, 2019; Batista, 2020; Solano, 2019). No caso das PMs, segundo Torres e Cruz (2021), o vínculo com o pensamento conservador e com o autoritarismo, que encontra em Bolsonaro um grande apoiador, remonta a elaboração da Constituição Federal de 1988 que, em seus artigos 142 e 144, manteve a estrutura das PMs intactas ao modelo ditatorial, contribuindo para a reprodução de crenças e valores antidemocráticos e de uma hierarquia monárquica, autoritária e punitiva.

Um dos primeiros estudos realizados sobre a influência do bolsonarismo dentro dos órgãos de segurança pública e, em especial, nas Polícias Militares, foi realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁴, em 2020, e mostrou que 41% dos policiais militares de baixa patente, também conhecidos como praças, entre eles soldados, cabos, sargentos e

¹ Governo Bolsonaro encerra 2021 reprovado por 63%, diz pesquisa. (2021, 12 de dezembro). *UOL Notícia*. <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/23/governo-bolsonaro-encerra-2021-reprovado-por-63-diz-pesquisa-poderdata.htm>>.

² Soares, I. Com rejeição crescente, Bolsonaro está à beira de um ataque de nervos. (2022, 15 de janeiro). *Correio Brasiliense*. <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4977750-com-rejeicao-crescente-bolsonaro-esta-a-beira-de-um-ataque-de-nervos.html>>.

³ O excludente de ilicitude foi uma das grandes promessas da campanha eleitoral de Bolsonaro para as forças armadas e forças de segurança pública. A medida buscava reduzir até a metade ou revogar a pena do militar que cometesse um crime e fosse comprovada sua legítima defesa, justificada por medo, surpresa ou ato violento de quem o praticou contra o militar. A medida foi apresentada pelo ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, em 2019, dentro do Pacote Anticrime, Lei nº 13.964/2019, entretanto o item foi retirado pelos parlamentares ao votarem o texto final da lei.

⁴ Pesquisa realizada em parceria com a empresa de inteligência de dados Decode, junto a 879 contas de policiais militares, civis e federais na rede social Facebook.

subtenentes, interagem com o bolsonarismo, especialmente com pautas baseadas em conteúdos avessos aos direitos humanos, como temas homofóbicos⁵.

Em 2021, o FBSP deu continuidade à pesquisa, mapeando as atividades de 651 profissionais de Segurança nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* e constatou um aumento 27% na interação dos profissionais (policiais militares, civis e federais) com redes bolsonaristas e um aumento de 24% na interação com redes bolsonaristas radicais, em comparação com a pesquisa realizada no ano anterior. Desses profissionais, os policiais militares apresentaram maior interação com redes bolsonaristas e bolsonaristas radicais, correspondendo a 48%, enquanto a participação de policiais federais ficou com 17% e policiais civis, com 13%⁶.

A pesquisa demonstrou, ainda, que a presença do bolsonarismo nas policiais militares continua sendo superior entre praças, com 51% dos pesquisados interagindo com páginas bolsonaristas e bolsonaristas radicais, enquanto 44% eram oficiais (tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel). A proximidade entre as proporções de praças e oficiais nos revelam como as policiais militares estão cindidas pelo bolsonarismo, em todos os seus graus hierárquicos. Não à toa, presenciamos o forte tensionamento institucional causado pelo presidente e seus partidários e admiradores ao convocar os efetivos das Polícias Militares para participar dos atos (antidemocráticos) comemorativos ao Dia da Independência, em 2021⁷.

Em entrevista à BBC Brasil⁸, o diretor-presidente do FBSP, Renato Sérgio de Lima, afirmou que os bolsonaristas nas Polícias Militares são um “grupo minoritário e estridente (...) convictos e dispostos a defender o presidente na polícia” e se opor politicamente aos governadores. O problema, para o diretor, está quando se junta esta minoria a uma maioria insatisfeita com as condições de trabalho e que “não parece disposta a reagir em caso de escalada rumo a uma ruptura institucional.” Isto é; uma ruptura com o Estado democrático de Direito.

Diante do exposto, durante os meses de junho e julho de 2020, realizamos a pesquisa “A atuação da Polícia Militar em tempo de pandemia nas cidades brasileiras”⁹ com o intuito de coletar a opinião dos policiais e das policiais militares sobre o exercício de suas atividades profissionais durante a pandemia da covid-19. Na leitura dos questionários respondidos pelos policiais militares encontramos respostas que se aproximavam ou repetiam os discursos proferidos pelo presidente da República e equipe ministerial sobre a pandemia da covid-19, comprovando a presença do bolsonarismo nas PMs. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é identificar e analisar a presença dos discursos bolsonaristas sobre a pandemia da COVID-19 em depoimentos de policiais militares concedidos à pesquisa realizada.

⁵ Mello, I. (07/08/2020). Levantamento aponta que 41% dos praças da PM no País são bolsonaristas. <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/07/levantamento-aponta-que-41-dos-pracas-da-pm-no-pais-sao-bolsonaristas.htm>>.

⁶ Política entre policiais militares, civis e federais no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Consultado a 29 de novembro de 2021. <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/politica-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil/>.

⁷ Sobre o assunto conferir a série de reportagens “Politização (ou bolsonarização) das PMs: risco institucional ou jogo político?”, escritas pelas pesquisadoras Monalisa Torres e Lara Cruz à plataforma de jornalismo Bemdito: <<https://bemditojor.com/autor/monalisa-torres/>>.

⁸ Senra, R. (2020, 11 junho). Instigados por bolsonarismo, policiais podem ser vetor de ‘ruptura democrática’, diz presidente de Fórum de Segurança Pública. BBC News Brasil. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53003323>>.

⁹ A pesquisa “A atuação da Polícia Militar em tempo de pandemia nas cidades brasileiras” foi coordenada pelos pesquisadores Glauciria Mota Brasil (PPGS-UECE), Susana Durão (IFCH-UNICAMP) e Adilson Paes Souza (PMSP) com apoio dos doutorandos Lara Abreu Cruz (PPGS-UECE) e Gabriel Cunha Vituri (PPGS-UNICAMP) e, realizada de maneira virtual, devido ao caráter excepcional imposto pela pandemia, por meio de questionário eletrônico, autoexplicativo, disponibilizado virtualmente pelo *Google Forms*. O formulário foi composto por 29 questões objetivas e 6 questões subjetivas, divididas em cinco seções temáticas, versando sobre informações pessoais, profissionais, rotina, sobre a pandemia e questões finais. Ao todo, participaram da pesquisa 323 policiais militares, com faixa etária variando entre 30-40 anos (48,3%) e 41-50 anos (35,6%) em sua maioria; predominantemente do sexo masculino (83,9%); autodeclarados pardos (45,8%) e brancos (46,6%); casados (59,8%). Os Estados com maior participação na pesquisa foram São Paulo (18,3%), Maranhão (13,3%) e Ceará (10,8%); porém, outros estados também tiveram representatividade (participaram da pesquisa PMs em 23 estados brasileiros). Os policiais participantes na pesquisa relataram atuarem, em sua grande maioria, nas capitais (44,3%), desempenhando atividades operacionais (70%) e ocupando cargos de praça (72,45%).

2. Metodologia

O corpus deste estudo se consubstancia por meio dos discursos proferidos pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, assim como por sua equipe ministerial, entre os meses de março a agosto de 2020, e sistematizados no Boletim 10 – Direitos na Pandemia, produzido pela Conectas Direitos Humanos, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Direito Sanitário (CEPEDISA), jornal Folha de São Paulo (FSP) e Universidade de São Paulo (USP) e pelo questionário *online* preenchido por policiais militares para referida pesquisa. Os depoimentos aqui utilizados foram identificados por meio do símbolo “N-número”, sendo “N” indicativo de “Narrativa” e o número indicativo da sequência em que aparecem neste artigo.

É preciso, contudo, antes, fazermos dois esclarecimentos: i - não estamos afirmando que esses policiais militares são bolsonaristas, mas que há presença do discurso conservador bolsonarista em seus depoimentos sobre a pandemia do novo Coronavírus; ii- o objetivo da pesquisa, para o qual utilizamos os depoimentos de policiais militares para este trabalho, centrava-se no exercício das atividades desses profissionais diante das mudanças provocadas pela pandemia do novo Coronavírus e, por isso, nenhuma das perguntas, objetivas ou subjetivas, contidas no questionário da pesquisa, estava diretamente relacionada a questões político-partidárias e ideológicas.

Nesse contexto, nossas reflexões estão ancoradas na compreensão do discurso como prática de significação do mundo, ou seja, o discurso “construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p.91), o que nos possibilita entendermos os discursos dos policiais militares não apenas como uma representação da realidade social e política na qual o brasileiro está vivendo, mas construtores de uma identidade, de um sistema de conhecimento, crenças e de relacionamentos interpessoais (Fairclough, 2001). Por isso, optamos por analisar as narrativas dos depoimentos policiais (PMs) sobre a pandemia da COVID-19 a partir da Análise do Discurso Crítica de Fairclough (2001).

Dividimos este artigo em três seções: a primeira relata os desdobramentos da gestão do Governo Federal diante da pandemia do novo Coronavírus; na segunda seção, procuramos identificar elementos caracterizadores do conservadorismo na política brasileira e como o “bolsonarismo” se insere neste quadro; já na terceira e última seção apresentamos como os discursos bolsonaristas sobre a pandemia de covid-19 são incorporados aos depoimentos/narrativas dos policiais militares e reproduzidos por eles durante a realização da pesquisa.

3. Resultados e Discussão

3.1 A gestão da pandemia da covid-19 pelo governo Bolsonaro

O trabalho tem como pano de fundo dois fenômenos vivenciados pelo povo brasileiro, duas crises que atravessam a sociedade, denominadas por Silva (2020, p. 1481) como “a pandemia do novo coronavírus e o pandemônio do governo Bolsonaro”. A primeira é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a “maior crise sanitária mundial da nossa época”¹⁰, tendo sido confirmado mais de 483 milhões de casos, incluindo 6. 132.461 mortes em todo mundo, notificados à OMS, conforme o Painel do Coronavírus, de 30 de março de 2022¹¹.

A segunda refere-se à gestão da pandemia pelo governo brasileiro, considerada pelo Instituto Lowy, sediado em Sidney, na Austrália, como a pior dentre os 98 países analisados. O estudo, publicado em janeiro de 2021, quando o País

¹⁰ Agence France-Presse. OMS considera coronavírus “maior crise sanitária da nossa época”. (2020, 16 de março de 202). *Uol Notícias*<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/03/16/oms-considera-coronavirus-maior-crise-sanitaria-mundial-da-nossa-epoca.htm>>.

¹¹ Dados obtidos através do Painel do Coronavírus da OMS, atualizado diariamente. Consultado em 30 de março de 2022, de <<https://covid19.who.int/>>.

registava mais de 220 mil óbitos pelo novo coronavírus¹², indicou como causas mais aceitáveis para a má condução da pandemia a “provável subnotificação de casos e um governo de extrema direita que, durante toda a pandemia, minimizou seus perigos e ignorou as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)”¹³. Atualmente, o País já soma mais de 29 milhões de casos de coronavírus confirmados e 658.956 óbitos, conforme dados divulgados pela OMS¹⁴, em 30 de março de 2022.

Ao longo do ano de 2020, a Conectas Direitos Humanos (Conectas), juntamente com CEPEDISA/FSP/USP, coletaram normas federais e estaduais relativas à COVID-19 no Brasil para estudá-las e avaliar seus impactos na área dos direitos humanos e constataram “a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República” (Conectas, 2020, p. 6). A Conectas (2020, p. 7) concluiu que houve um empenho na atuação do Governo Federal “em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo”, afastando, assim, a ideia de “incompetência”, “negligência” ou “impossibilidade” por parte da União na gestão da pandemia, constantemente afirmada pelo Presidente em seus discursos nos mais diversos meios de comunicação.

Segundo Henriques e Vasconcelos (2020), é impossível pensar que uma grande epidemia seja tratada, exclusivamente, no âmbito específico da saúde, pois, como trata-se de um evento que afeta profundamente a vida das pessoas, suas atividades, relações sociais, familiares, interpessoais e emocionais, as respostas devem envolver a sociedade como um todo e diversos setores governamentais. Com isso, os autores explicam que “não é possível separar a dinâmica de uma doença que se alastra, das medidas de controle e outras dimensões da vida social e política do país” (p. 26).

Assim, antes da OMS declarar o novo coronavírus uma pandemia, em 11 de março de 2020¹⁵, o Brasil já vivia um período extremamente conturbado, de fortes tensionamentos políticos e em suas instituições democráticas que datam desde as Jornadas de 2013¹⁶, perpassam as denúncias que envolveram os governos petistas, o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, o golpe de 2016, e a desaprovação popular do Governo de Michel Temer, culminando com a chegada da extrema-direita ao poder, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Este apenas retroalimentou ainda mais as polarizações políticas já existentes no País.

Isso porque, ainda como deputado federal, Bolsonaro já era conhecido por seus posicionamentos antielitista, antipolítico e anti-intelectual diante da mídia e do palanque da Câmara dos Deputados, além de um discurso marcado por uma retórica “fragmentada, aforística, virulenta, reiterativa de binarismos” (Alonso, 2019, p. 49). Não é, portanto, uma retórica que une, mas uma retórica que facilita os julgamentos instantâneos e faz questão de se portar como politicamente incorreto, saudar ditadores e discordar de pautas igualitárias.

¹² Brasil registra 1.439 mortes por covid em um dia, e total chega a 221,6 mil. (2021, 28 de janeiro). *Portal G1*. <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/28/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-28-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>

¹³ Brasil fez a pior gestão do mundo na pandemia, diz estudo. (2021, 28 de janeiro). *DW*. <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-fez-a-pior-gestao-do-mundo-na-pandemia-diz-estudo/a-56369231>>.

¹⁴ Dados obtidos do painel da OMS sobre o coronavírus - situação do Brasil. (2022, 30 de março). Consultado em 30 de março de 2022, de <<https://covid19.who.int/region/amro/country/br>>.

¹⁵ OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia. (2020, 11 de março). *OPAS/ONU*. <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>.

¹⁶ Rocha (2019) explica que as Jornadas de 2013 foram um conjunto de manifestações de rua que tiveram início com o Movimento Passe Livre, em São Paulo, dentro do contexto realização da Copa das Confederações. Rapidamente as manifestações se alastraram pelos demais estados brasileiros, incorporando pautas diversas. Foi em meio a essas manifestações que a militância liberal resolveu se reunir em um movimento mais amplo, denominado Movimento Brasil Livre (MBL), o qual, além de incorporar a luta anticorrupção, pró-*impeachment* e o antipetismo, ainda, adicionou a discussão sobre a retomada de valores tradicionais, fazendo com que vozes cada vez mais conservadoras ganhassem às ruas.

Em seus estudos sobre o bolsonarismo, Rocha (2021) entende que essa “retórica do ódio” utilizada pelo presidente da república trata-se, na verdade, de uma técnica ensinada pelo auto intitulado filósofo Olavo de Carvalho, considerado o “guru” do bolsonarismo, em seus cursos disponibilizados na internet. Rocha (2021) identifica elementos que caracterizam essa retórica, tais como a reiteração de advérbios de negação, redundâncias, falácias argumentativas, autoritarismo gráfico com o uso de letras maiúsculas na composição das palavras escritas, palavrões, vocação hiperbólica, anticomunismo genérico e anti-intelectualismo. A intenção da retórica é autoritária, pois pretende desqualificar o adversário, suprimindo formas possíveis de mediação e entendimento entre os participantes e inviabilizando uma discussão mais crítica.

Com a chegada da pandemia no Brasil, Bolsonaro foi construindo um conjunto de discursos baseados na negação do vírus, da sua baixa letalidade e na divulgação reiterada de tratamentos ineficientes e sem comprovação científica. Para Silva (2020, p. 1485), a estratégia do presidente da República é mentir “numa tentativa de fazer a mentira se transformar em verdade”. Já para Cruz (2020), os posicionamentos de Bolsonaro sobre a pandemia se encaixam, mais corretamente, no conceito de “pós-verdade” ou, nas palavras de Weber (2020), em suas “verdades particulares”. Siebert e Pereira (2020) explicam que o termo “pós-verdade” faz parte de um contexto histórico de multiplicidade de informações, ao mesmo tempo em que há um aumento na velocidade da comunicação, com isso há a tendência de se criar diferentes versões de um mesmo acontecimento. Os autores, ainda, pontuam que essas versões de uma mesma verdade também servem para posicionar os sujeitos dentro de um espectro político: “acreditar em uma informação em detrimento de outras firmaria seu apoio a um ou outro candidato” (Siebert & Pereira, 2020, p. 244).

Essas características em Bolsonaro imprimiram um modo particular de entender e conduzir a pandemia do novo coronavírus no Brasil, direcionando-o à construção de narrativas próprias. Em seus estudos sobre as narrativas e comportamentos do presidente em comunicações públicas, Weber (2020, p. 6) constatou que “suas respostas escamoteiam o debate, privilegiando interesses privados e o seu particular entendimento sobre as consequências da contaminação para o País”, “colabora para ampliar o medo e o desespero” e, “fortalece sua narrativa mítica, religiosa que permite a seus apoiadores seguir cegamente”. Analisando os discursos do presidente da República, a autora percebeu que a COVID-19 é utilizada como um “jogo de poder”, uma forma de mostrar quem manda, mesmo que esses discursos sejam pautados na agressão, acusação sem fundamento, indiferença. Não à toa, conseguimos perceber como esses discursos, que também são reproduzidos pela equipe ministerial do Presidente, acabou criando instabilidades com o Supremo Tribunal Federal (STF), os prefeitos, governadores e até mesmo com outros países, como ocorreu com a China¹⁷.

3.2 Conservadorismo no Brasil: ascensão do bolsonarismo

Segundo Solano (2019), a vitória da extrema direita no Brasil faz parte de um contexto mundial. Foi assim nos Estados Unidos, com Donald Trump, na Itália, com Matteo Salvini, na Hungria, com Viktor Orbán e, no Brasil, com Bolsonaro. Para a autora, esses políticos conseguiram capturar “o sentimento de frustração e desesperança” (Solano, 2019, p. 247), recebendo votos por seus discursos de renovação ou como forma de “protesto” contra os partidos tradicionais pelas crises econômicas e sociais provocadas.

Em 2015, o pensador Michel Lowy já buscava compreender o espetacular levante da extrema-direita por todo continente europeu e no Brasil, em artigo no qual analisava o crescimento do apoio popular à Frente Nacional, partido ultraliberal francês. De um modo geral, o que o artigo de Lowy (2015) nos mostra é que essa nova extrema-direita, seja

¹⁷ Um dos grandes embates entre o Presidente da República e o Supremo Tribunal Federal (STF), prefeitos e governadores, durante a gestão da pandemia de 2020, diz respeito ao *lockdown*. O Presidente sempre se manifestou como um forte crítico desse dispositivo, enquanto o STF, em abril de 2020, decidiu que estados e municípios teriam competência legal para decretar medidas de restrição social. A relação do Brasil com a China ficou estremecida em vários momentos, com a divulgação da ideia de que o vírus seria um produto criado em laboratório chinês. Ambos serão vistos mais adiante na seção “Discursos bolsonaristas sobre a pandemia da COVID-19 e narrativas de policiais”.

européia ou brasileira, se caracteriza pela diversidade de vozes e variedade de partidos, não possuindo uma estrutura estática, mas sim em constante movimento. Segundo o autor, na Europa, o que une todas essas vozes é o nacionalismo chauvinista, a xenofobia, o racismo, o ódio a ciganos, a islamofobia e o anticomunismo.

No Brasil, a heterogeneidade das bandeiras de luta dos conservadores foi unida em torno da luta anticorrupção e do antipetismo (Solano, 2018), diretamente associada às denúncias de corrupção dos governos petistas, especialmente os divulgados pela Operação Lava Jato, em 2014. Essa luta ganhou forma, entre os anos de 2014 e 2018, por meio da “política do painel” (Avritzer, 2020), de julgamentos sociais e midiáticos, estimulados pelos lavajatistas por meio da sua justiça penal do espetáculo e das manifestações de rua, muito bem organizadas, financiadas e até mesmo coreografadas¹⁸.

Nesse sentido, para Solano (2018), as condições de possibilidades para que os grupos neoconservadores e de direita radical ganhassem mais força foram aceleradas após as jornadas de 2013 e agravadas em 2015, com as manifestações pró-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. No entanto, assim como Lowy (2015) chama a atenção para evitarmos explicações, exclusivamente econômicas, neste caso, também devemos evitar análises puramente políticas para entendermos como se deu a reorganização dos grupos de direita no Brasil.

Aqui cabe recuperar a primorosa análise de conjuntura realizada por Solano (2018) para explicar a penetração dessas novas direitas na cena político-social brasileira. De acordo com a autora, o (re)surgimento ou reorganização desses grupos se deu por cinco motivos. O primeiro está relacionado à crise econômica do Brasil, com altas taxas de desemprego, aumento da precariedade e da vulnerabilidade social. Segundo, a crise política que ocasionou instabilidade na democracia nacional. Terceiro, um judiciário hiperinflacionado, militante, moralista, populista e punitivista. Os dois últimos motivos dizem respeito a reconfigurações sociais, sendo o quarto, a maior presença de igrejas evangélicas neopentecostais, com sua “teologia da prosperidade” e todo o seu fundamentalismo que adentra o universo da política formatando, inclusive, uma ruidosa “Bancada Evangélica” no Congresso Nacional, defensora de pautas mais moralistas; e o quinto, a maior inclusão social promovida pelas políticas neodesenvolvimentistas dos governos petistas que contribuíram para a diminuição drástica da miséria, o aumento das taxas de emprego e a formação de uma nova classe consumidora. Um ponto que chama a atenção na discussão empreendida por Solano (2018) é o fato de essa nova classe de consumidores, que surge nos governos petistas, ao longo dos anos, ir deixando de se identificar com as camadas mais populares e se reconhecendo como classe média, abraçando bandeiras conservadoras, liberais e de extrema-direita.

Diante do surgimento dessa nova direita, Messenberg (2017) realizou um trabalho de identificação da cosmovisão dos principais formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros, com o intuito de identificar elementos que os caracterizassem entre si. A autora constatou que essas ideias são baseadas em três campos de força: o antipetismo; o conservadorismo moral; e princípios neoliberais. As discussões sobre antipetismo giram em torno do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e de uma aversão aos partidos de esquerda; da luta anticorrupção; crise econômica e do bolivarianismo. Já o conservadorismo moral traz pautas baseadas na família tradicional, no resgate da fé cristã, patriotismo, anticomunismo, oposição às cotas raciais e no superdimensionamento da criminalidade e da violência que acabam recaindo em pedidos de uma maior militarização. Por fim, os princípios neoliberais estão baseados no Estado mínimo; na eficiência do mercado com mais privatizações; na livre-iniciativa, com o empreendedorismo; na meritocracia e no corte de políticas sociais como forma de manter o *status quo*.

O problema da diversidade de vozes do conservadorismo brasileiro é justamente a sua diversidade e, por isso, a impossibilidade de enquadrá-lo em tipologias fechadas. Entendemos que todos os elementos abordados por Messenberg (2017)

¹⁸ Sobre o assunto, consultar: Canal Guigga Tomaz (11 de setembro de 2020). *Dança Anti-Dilma*. [Arquivo de vídeo]. Youtube. <<https://www.youtube.com/watch?v=tBr-rkuV28c>>. Barifouse, R. “Criadores da ‘dança do impeachment’ rebatem críticas: ‘música une pessoas no combate a comunismo e corrupção’”. (2016, 11 de março). Consultado em 04 de fevereiro de 2021, de *BBC News Brasil*: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_danca_impeachment_rb>.

são caracterizadores do pensamento conservador, porém, se pensarmos nesse conservador como sendo pertencente a uma ordem moral religiosa neopentecostal, vemos que a defesa no corte de políticas sociais se esvai, pois, conforme Almeida (2019), como estão concentrados em camadas populares e médias, defendem um liberalismo econômico que não dispensa serviços públicos gratuitos e seguridade social¹⁹.

Nesse sentido, ao estudarmos especificamente o pensamento conservador de Jair Messias Bolsonaro, presidente da República, não encontramos ao certo um consenso teórico sobre o que vem a ser o “bolsonarismo” e quais elementos pautam a “moral bolsonarista”. Compreendemos o bolsonarismo como uma corrente política de extrema direita surgida a partir da ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao centro da cena política brasileira, mas conformada por elementos característicos ao pensamento conservador, como os descritos por Messenberg (2017), e também, acrescidos por outros elementos como o revisionismo histórico da ditadura militar brasileira (Batista, 2020; Solano, 2018), assim como sua defesa (Silva, 2019); banalização de discursos de ódio contra as minorias (Solano, 2018); defesa das Forças Armadas, apelo a um imaginário religioso a balizar sua persona (Silva, 2019); antipolítica (Avritzer, 2020; Solano, 2018; 2019); a guerra cultural e a retórica do ódio (Rocha, 2020) e anticientificismo (Solano, 2018).

Este último elemento, também denominado por “negacionismo científico”, tem se colocado como um dos grandes entraves na gestão da pandemia do novo Coronavírus pelo governo Bolsonaro. Caponi (2020, p. 211) explica que o negacionismo na pandemia “se traduz na aceitação de intervenções sem validação científica” de dois tipos: a divulgação e a exaltação de terapêutica de eficácia não comprovada, levando a efeitos colaterais, como é o caso da cloroquina; e a defesa do “isolamento vertical”, como estratégia de intervenção, porém, contrária as recomendações da OMS.

O fato é que Bolsonaro não surge em um vazio. “Ele é o porta-voz de uma cultura sedimentada nos últimos anos pelo mercado editorial e pelos meios de comunicação em massa”, liderados por uma “nova direita” que se sentia prejudicada pelo saber científico por meio do qual as humanidades deram voz às minorias nos governos petistas, contra as quais buscaram produzir novas narrativas, reafirmando “valores necessários para justificar a desigualdade da sociedade brasileira” (Kamradt & Dicarolo, 2018, p. 64) perante os povos originários, mulheres, quilombolas, negros, LGBTQI+ etc. Assim, ousamos dizer que esse caldeirão de elementos diversos, próximos e semelhantes, foram sendo fermentados ao longo dos anos e que encontraram no “bolsonarismo” sua representação moral e político-social.

3.3 Discursos bolsonaristas sobre a pandemia da COVID-19 e narrativas de policiais: indiferença, negacionismo e pós-verdade

Segundo Coelho (2020, p. 2), o desconhecimento provocado pelas origens, fontes de contágio, formas de transmissão e principais sintomas do novo Coronavírus levaram a uma busca desenfreada por informações, transformando todos “em epidemiologistas amadores, discutindo quais as medidas mais eficientes para ‘achatar a curva’”. Ao mesmo tempo, o excesso de informações foi acompanhado pela construção de diferentes narrativas, que se opunham ou se complementavam na busca de entender ou justificar o momento em que se vivia.

Em seu estudo sobre as narrativas construídas em torno do novo Coronavírus, Silva (2020) identificou cinco tipologias diferentes: narrativas do presidente Bolsonaro e seus seguidores; narrativas que confrontam a vida e o emprego (economia versus saúde); narrativas que criam um inimigo externo causador da pandemia; narrativas de charlatanice religiosa que vende curas milagrosas; e, finalmente, as narrativas do “fique em casa”. Segundo o autor, com exceção das narrativas do

¹⁹ Ainda sobre o assunto, a Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa nas periferias de São Paulo sobre as percepções e valores políticos e entre seus resultados está a forte presença da teologia da prosperidade. Recuperado em 06 de fevereiro, 2021, de Fundação Perseu Abramo: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>>

“fique em casa”, o que as demais possuem em comum é a tentativa de “consolidar um discurso de negação do vírus e de sua baixa letalidade” (Silva, 2020, p. 1484).

No caso das narrativas do presidente Bolsonaro, Cruz (2020) as identifica como pós-verdade, causadoras de mais desinformação. Em um estudo realizado a partir das declarações feitas pelo presidente sobre a pandemia, entre os meses de janeiro a setembro de 2020, a autora verificou que das 170 falas proferidas por Bolsonaro, 100 foram consideradas falsas, 38 imprecisas, 19 contraditórias e 13 insustentáveis. Cita, ainda, o trabalho realizado pela agência Aos Fatos que apontou 653 declarações falsas ou contraditórias do Presidente somente nos seis primeiros meses da pandemia²⁰.

Assim, o presidente Bolsonaro, em seus discursos, parece criar uma nova narrativa para a pandemia de COVID-19, muito semelhante a um dos arquétipos²¹ do *ur-fascismo*, conceito desenvolvido por Eco (2020). Segundo o autor, os regimes políticos podem ser derrubados, as ideologias criticadas ou destruídas, mas há sempre um modo de pensar e sentir, uma série de hábitos culturais, instintos e pulsões que permanecem como fantasmas, aos quais denominou como “ur-fascismo” ou “fascismo eterno”. Ainda conforme o autor, é comum entre os ur-fascistas o culto à ação pela ação, ou seja, pensar, nessa perspectiva, é uma forma de castração, logo, atividades humanas baseadas em atitudes críticas são consideradas como suspeitas, em desacordo com a tradição e o desacordo é considerado uma forma de traição.

No caso de Bolsonaro, percebemos que a negação da pandemia tem início ainda no começo de março de 2020, quando o Presidente viaja com comitiva à Flórida (Estados Unidos), região considerada de alto risco pandêmico. No dia 10 de março, durante evento em Miami, afirmou: “Obviamente temos no momento uma crise, uma pequena crise. No nosso entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo” (Conectas, 2021, p. 8). Quando Bolsonaro afirma: “[o]bviamete temos no momento uma crise, uma pequena crise” e “[n]o meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus”; ele minimiza a pandemia, levantando dúvidas sobre seu potencial de causar mortes. Tavares, Oliveira Jr. e Magalhães (2020) consideram que esse discurso proferido em Miami influenciou decisivamente para que parte da população descreditasse no potencial letal do vírus, provocando, indiretamente, “protestos presenciais em diversas cidades do Brasil, a flexibilização do isolamento e o maior contágio entre a população” (p. 12). Encontramos entre policiais discursos semelhantes: “[n]ão creio ser tão grave a doença” (N-01) e “[a] doença não é grave” (N-02). Quando a pesquisa foi encerrada, em julho de 2020, o Brasil já acumulava mais de 28 mil mortes²² por COVID-19 e, ainda assim, verificamos entre os policiais militares a presença de narrativas que minimizavam o vírus.

No mês de março de 2020, mas já posteriormente à OMS declarar o novo Coronavírus uma pandemia, o Presidente afirmou em uma entrevista à rádio Tupi: “[o] que está errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Uma nação como o Brasil só estará livre quando certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos” (Conectas, 2021, p.8). A declaração do presidente minimiza o trabalho realizado pela OMS ao reclassificar a epidemia como uma pandemia, além disso, o Presidente acrescenta à declaração uma solução: a imunidade de rebanho. Segundo a Conectas Direitos Humanos (2020, p. 8), a imunidade de rebanho, ou mais corretamente imunidade coletiva ou populacional, é um fenômeno que “representa a resistência de uma comunidade à disseminação do vírus devido a uma elevada proporção de pessoas imunes”. No entanto, a Conectas

²⁰ Os dados são atualizados mensalmente e podem ser acessados através do *site* da agência Aos Fatos. Consultado em 06 de fevereiro de 2021, de <<https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>>.

²¹ Em sua conferência intitulada “O fascismo eterno”, pronunciada em um simpósio organizado pela Universidade de Columbia, EUA, em 25 de abril de 1995, para celebrar a libertação da Europa dos regimes totalitários. Eco (2020) define o que denomina por “fascismo eterno” e apresenta 14 arquétipos que podem lhe constituir, isso porque, segundo o autor, não podem ser reunidos em um sistema, visto que alguns se contradizem, mas basta que um se apresente para que já se forme uma nebulosa do fascismo.

²² Pinheiro, L. Brasil termina agosto com 28.947 mortes pela Covid-19, apontam secretarias de Saúde; especialistas alertam que pandemia não acabou. (2020, 03 de setembro). *Portal G1*. <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/03/brasil-termina-agosto-com-28947-mortes-pela-covid-19-apontam-secretarias-de-saude-especialistas-alertam-que-pandemia-nao-acabou.ghtml>>.

(2020) chama a atenção para o fato de que a aparição de novos casos depende de diversos fatores, além de que, a imunidade de rebanho, no caso do novo Coronavírus, é alcançada às custas de uma elevada incidência de mortalidade.

Encontramos entre os policiais que participaram da pesquisa narrativas em seus depoimentos semelhantes aos discursos do Presidente na defesa da imunidade de rebanho: “[a] maioria da população **tem** que se contaminar para que a pandemia acabe então” (N-03); “[a] maioria das pessoas **tem** que pegar essa doença para criar anticorpos, pois a vacina vai demorar” (N-04); “[s]ó acabará quando todos forem infectados” (N-05). Segundo Fairclough (2001), o uso da forma verbal do presente do indicativo é orientador de discursos autoritários, como podemos ver em N-03 e N-04 em que os policiais militares entendem que a pandemia só terá um fim quando toda a população se contaminar e, assim, obter os anticorpos necessários.

Ainda dentro dessa narrativa de criação de uma estratégia própria de combate, ou melhor, de convivência com o novo Coronavírus, o presidente da República parte para a defesa do “isolamento vertical”, uma modalidade de isolamento que mantém em quarentena apenas aqueles considerados como “grupos de risco”. No mês de março de 2020, durante um pronunciamento oficial em rede nacional, no dia 23, o Presidente afirmou: “[o] que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima de 60 anos. Então, por que fechar escolas?”. No mesmo mês a Secretaria de Comunicação do Governo Federal lançou a campanha “O Brasil não pode parar”, veiculando a informação de que “no mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do coronavírus entre jovens e adultos” (Conectas, 2021, p.9). Entre os policiais militares que responderam ao questionário da pesquisa, há depoimentos que coadunam com a narrativa presidencial como os que seguem: “[e]ssa doença impõe riscos somente ao grupo de risco” (N-06); “[n]ão [tere]i a covid-19, porque eu sou jovem. E tomo os cuidados. Não tenho contato com meus familiares mais velhos (idosos)” (N-07); e “[n]ão sou do grupo de risco” (N-08). Assim, percebemos que entre esses policiais militares há a crença de que a doença imponha riscos somente a quem é considerado grupo de risco e de que jovens não teriam problemas mais sérios com a transmissão do vírus.

Março de 2020 também foi marcado por uma outra narrativa bolsonarista sobre o novo Coronavírus. Durante o mesmo pronunciamento do dia 23, Bolsonaro fez a seguinte afirmativa: “[n]o meu caso particular, *pele meu histórico de atleta*, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma *gripezinha* ou *resfriadinho*” (Conectas, 2021, p.9, grifos nossos). Para o Presidente da República, sem nenhuma comprovação técnica ou científica, as pessoas que levam uma vida saudável, realizando atividades físicas diárias, teriam uma forma mais branda de adoecimento. Essa foi a crença recorrente entre os policiais militares, como podemos constatar nos discursos destacados: “Graças ao meu histórico de atleta” (N-09); “Tomo as devidas precauções ao máximo possível e tenho uma excelente saúde” (N-10); “Sou adepto de uma alimentação preventiva, no estudo da nutrologia, há dez anos me alimento com produtos naturais que fortaleceram minha imunidade” (N-11); “Não possuo doenças, tenho vida ativa e alimentação saudável” (N-12); “Melhor forma de conter a doença é praticando atividades físicas” (N-13); e “Estou tomando as medidas de higiene e cuidado para manter um bom condicionamento físico, visto que a maioria das pessoas deve contrair esse vírus, os cuidados são para que não o tenha de maneira muito agressiva ao organismo, para que possa superá-lo com o mínimo de desgaste” (N-14).

Como podemos perceber, alguns policiais militares associam não ser “contaminado” pelo vírus da COVID-19 a práticas de hábitos saudáveis, desde uma alimentação baseada em produtos naturais que fortaleçam a imunidade até a manutenção de um bom condicionamento físico, com a realização de atividades esportivas. No entanto, pesquisa realizada pelo Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Hospital de Campanha do Ibirapuera, junto a 209 pacientes internados com a forma mais grave da enfermidade, em 2020, constatou que não houve registro de melhor recuperação durante o tratamento, com menor tempo de internação, de pessoas que cultivavam hábitos saudáveis antes de contrair o vírus. O coordenador da pesquisa, Bruno Gualano, explica a importância de uma alimentação saudável e da prática

de exercícios físicos para a saúde, porém, no caso do novo Coronavírus, eles não garantem uma maior rapidez na recuperação dos pacientes que adquirem uma forma mais severa do vírus²³.

Esse processo de negação da pandemia, segundo Avritzer (2020), fez com que o presidente Bolsonaro assumisse duas posturas: entrasse em rota de colisão com mídia, governadores, Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministros da Saúde demissionários – Luís Henrique Mandeta e Nelson Teich; e, assumisse uma estratégia pública de confronto às medidas sanitárias mais rígidas de enfrentamento do vírus da COVID-19, o que lhe valeu o rótulo de genocida²⁴.

Essas posturas já eram percebidas ainda no mês de março, quando o presidente afirmou em entrevista à TV Record: “Brevemente, o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus” (Conectas, 2021, p.9). Ao longo dos meses, com o número de óbitos por COVID-19 aumentando, o presidente começa com discursos de questionamento dos dados. Durante um encontro com apoiadores, em 03 de junho, o presidente afirma: “Isso é o que está acontecendo geral, *qualquer negócio é covid*” (Conectas, 2021, p.14, grifos nossos). No dia 05 de junho, Carlos Wizard, indicado para ser o novo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Governo Federal afirma que os óbitos por COVID-19 seriam recontados porque o número que tinham era “fantasioso ou manipulado”²⁵.

As declarações do presidente e sua equipe são responsáveis por disseminar entre a população brasileira ou uma parte significativa desta a crença de que mídia e governadores estavam superdimensionando a pandemia do novo Coronavírus, como podemos observar por meio dos discursos policiais: “[s]eus efeitos seriam bem menores se não houvesse tanto **terrorismo** nos meios de comunicação” (N-15, grifos nossos); “[e]u vejo um País que apesar do tanto de mortos, não sentirá tanto. Pois, acredito que a mídia tem influência nos números de mortos. **Pois tudo é coronavírus**” (N-16, grifos nossos); “[m]edo do Estado ordenar ilegalmente que profissionais da saúde desprezem o meu caso apenas para obter maior número de casos para assim ter respaldo para um superfaturamento” (N-17). Como podemos notar, a mídia faz terrorismo (N-15) e influência no número de mortos (N-16), enquanto governadores só estão interessados no superfaturamento (N-17) que podem obter com os óbitos da pandemia. É interessante, ainda, observarmos a semelhança entre o discurso de Bolsonaro, “...qualquer negócio é covid”, com o depoimento de N-16 ao afirmar: “[p]ois tudo é coronavírus”.

Ainda entre as colisões institucionais provocadas pelo Governo Federal, em plena crise sanitária, há também a presença de narrativas que criam um inimigo externo causador da pandemia, no caso, a China, de onde surgiram os primeiros casos da doença. No início de abril de 2020, o ex-Ministro da Educação, Abraham Weitraub, publicou em rede social uma imagem insinuando que a China sairia fortalecida da crise do Coronavírus e que seria seu plano de “dominar o mundo”²⁶. No final de abril, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, publica em seu *blog* um artigo intitulado “Chegou o comunavírus. O Coronavírus nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista”²⁷. Como podemos ver, a equipe do Presidente, formada por bolsonaristas, difunde ideias de caráter, essencialmente, xenofóbico e sem qualquer fundamento.

²³ Soares, V. Pesquisa aponta que ‘histórico de atleta’ não abrandará covid-19. (2021, 27 de janeiro). *Correio Brasiliense*. <<https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2021/01/4902785-pesquisa-aponta-que-historico-de-atleta-nao-abranda-a-covid-19.html>>.

²⁴ O presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, passou a ser intitulado de “genocida”, ou seja, “pessoa responsável pelo extermínio de muitas pessoas em pouco tempo”, devido ao crescente número de mortos pela COVID-19 ser associado à (má) gestão ou inação do Governo Federal na articulação de políticas públicas de amparo à população durante a pandemia do novo Coronavírus.

²⁵ Keriny, I. Ministério da Saúde vai recontar mortes por Covid-19 no Brasil: “dados fantasiosos e inflados”. (2020, 06 de junho). *Jornal O Povo*. <<https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/06/06/ministerio-da-saude-vai-recontar-mortes-pela-covid-19-no-brasil.html>>.

²⁶ Weitraub publica insinuações contra a China, depois apaga; embaixada cobra retratação. (2020, 06 de abril). *Portal G1*. <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/06/weitraub-publica-post-com-insinuacoes-contra-a-china-depois-apaga-embaixada-repudia.ghtml>>.

²⁷ Ministro das Relações Exteriores afirma que coronavírus é um plano comunista. (2020, 22 de abril). *Portal G1*. <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/22/ministro-das-relacoes-exteriores-afirma-que-coronavirus-e-um-plano-comunista.ghtml>>.

Entre os policiais militares, um depoimento chamou a atenção: “[p]or mais grave que seja essa **doença lançada intencionalmente pela China**, tem outros fatores que sempre ocorreram, que matam milhares e ninguém sequer pensa. Suicídio, por exemplo, por hora no Brasil, são feitas 4 tentativas. Dessas, ocorre uma morte. Fome, criminalidade, câncer, até sarampo, matam nossos familiares todos os dias e ninguém faz alarde (N-17, grifos nossos). Como podemos observar, N-17 acredita que o novo coronavírus seja uma doença lançada intencionalmente pela China, reforçando o discurso de Weitraub de que a China sairia fortalecida com a pandemia. N-17 ainda minimiza a COVID-19 com relação a outras doenças como fez Bolsonaro em resposta a uma apoiadora, no dia 10 de junho, em frente ao Palácio da Alvorada: “Mortes estão havendo no mundo todo, não é apenas a covid. (...) Tem muita gente morrendo de fome, depressão, suicídio, uma política feita apenas de um lado” (Conectas, 2021, p.15). Então, o depoimento do policial N-17 repete as narrativas dos discursos bolsonaristas.

Por fim, não podemos deixar de abordar a narrativa de naturalidade e de “processualidade da vida” transmitida pelo Presidente da República em seus discursos e, especialmente, em suas atividades diárias. Essa narrativa se enquadra na postura antívida descrita por Avritzer (2020), ao afirmar que o Presidente participou de mais de uma aglomeração por semana, entre o dia 15 de março até meados do mês de maio de 2020.

Em maio, quando o Brasil atingira a marca de 10 mil mortos por COVID-19, Bolsonaro afirmou em um passeio de *jet sky* no lago Paranoá: “É uma neurose. 70% da população vai apanhar o vírus. Não há nada que eu possa fazer. É uma loucura” (Conectas, 2021, p.12). No dia 25 de maio, na saída do Palácio do Planalto afirmou: “[l]amento as mortes, mas é a realidade. Todo mundo vai morrer aqui. Não vai sobrar nenhum aqui” (Conectas, 2021, p. 13). Percebemos a mesma narrativa de naturalização sobre as mortes por covid-19 entre os policiais militares ao afirmarem em seus depoimentos: “[f]az parte do processo. **A vida não pode parar**. Temos que nos cuidar” (N-18, grifos nossos); “[t]odos vão se contaminar” (N-19). Para N-18 e N-19, a contaminação é inevitável, já está inserida no ciclo processual da vida, faz parte do “novo normal”, logo, “a vida não pode parar”.

A inevitabilidade chega a beirar a indiferença, quando um policial militar, ao ser questionado sobre o receio de ser contaminado ou de contaminar alguém, responde: “[n]ão me importo” (N-20). O “não me importo” do policial militar é sinônimo do “E daí? lamento, quer que faça o quê? Eu sou Messias, mas eu não faço milagre”, dito por Bolsonaro, em 28 de abril de 2020, quando indagado pela imprensa sobre o fato do Brasil ter ultrapassado a China em número de mortos.

Assim, percebemos como as narrativas criadas pelo presidente da República Jair Messias Bolsonaro em seus discursos/falas sobre o novo coronavírus contribuem para construir todo um sistema de crenças que é reproduzido por esses policiais militares em seus depoimentos/narrativas ao se manifestarem sobre a pandemia em plena pandemia. Ao mesmo tempo, um fato importante chama a nossa atenção: estes policiais são também profissionais de frente na política de prevenção sanitária de contenção da transmissão do vírus da covid-19 junto às populações que residem, moram e circulam nos espaços públicos das cidades.

4. Considerações Finais

As análises empreendidas aqui nos fazem refletir até que ponto a militância da extrema direita brasileira, mais especificamente a que se identifica com o bolsonarismo, em seus discursos e pautas, é representativa de um medo do diferente, provocado pelas vozes das minorias que passam a ecoar em suas representações sociais e, principalmente, políticas da vida em sociedade.

Nesse cenário, as narrativas dos policiais militares feitas à pesquisa são reveladoras de seus modos de compreensão da vida societária em tempo de pandemia e encontram representatividade nos discursos e ações do presidente da República como podemos observar ao longo do texto. Com o auxílio do trabalho realizado pela Conectas Direitos Humanos de sistematização do discurso político presidencial e de sua equipe ministerial, conseguimos identificar, entre os depoimentos dos policiais

militares, a reprodução de quatro tipos desses discursos sobre a pandemia da COVID-19: a) minimização da pandemia, levantando dúvidas quanto a seu potencial de causar mortes, ao mesmo tempo em que a naturalizam, se mostram insensíveis diante das mortes ocorridas; b) criação de estratégias próprias de combate ou convivência com o vírus, como a imunidade de rebanho, o “isolamento vertical” e a difusão da ideia de que hábitos saudáveis e atividades físicas diárias levariam a uma forma mais branda da doença; c) embate com a mídia e governadores, levando a população a supor que os dados estatísticos estariam sendo manipulados para o superdimensionamento do novo Coronavírus; d) defesa de um inimigo externo causador da pandemia, reproduzindo, mais uma vez, a “guerra cultural” (ROCHA, 2020) e/ou guerra de narrativas e, por meio das quais, o governo bolsonarista gravita seu ideário negacionista na gestão do País.

O desafio posto é compreender como os discursos bolsonaristas, assim como as ações/manifestações negacionistas agregadas a esses discursos, irão rebater no fazer das atividades profissionais dos/das policiais militares e nos seus *modi operandi*? Se em uma pesquisa, cuja temática era indagar sobre o fazer profissional em tempo de pandemia, encontramos consideráveis manifestações de identificação com o pensamento conservador e negacionista propalado pelos bolsonaristas, acreditamos que em uma pesquisa mais ampla sobre a temática com as polícias militares possa nos revelar ainda mais sobre as questões aqui suscitadas.

Ao mesmo tempo, é relevante ressaltar o fato histórico de as polícias militares e das suas estruturas hierárquicas de poder terem permanecido, não por acaso, após mais de 30 anos da redemocratização do Brasil, como reservas do Exército (Pinheiro, 1977; O’Donnell, 1988; Brasil, 2000), uma realidade que nos fala muito do *modus* de pensar e ser das polícias militares; assim como das suas muitas resistências às mudanças como se tem observado nas discussões acerca da desmilitarização dessas forças e como estas são tratadas como temas tabus, difíceis de serem abordados e até proibidos.

De certa maneira, as considerações aqui apresentadas nos trazem mais inquietações do que certezas. Uma sugestão para pesquisas futuras é suscitar um aprofundamento maior do tema com a finalidade de compreender o fenômeno da reverberação do bolsonarismo, que vem do interior das polícias militares, mais especificamente, das suas narrativas e atuações na sociedade brasileira, não somente em tempos de pandemia, como também no pós-pandemia.

Agradecimentos

Agradecemos as atentas sugestões e críticas do professor Geovani Jacó de Freitas.

Referências

- Almeida, R. (2019). Deus acima de todos In: S. Abranches (org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 24-36) São Paulo: Companhia das Letras.
- Alonso, A. (2019) A comunidade moral bolsonarista. In: S. Abranches (org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 37-51) São Paulo: Companhia das Letras.
- Avritzer, L. (2020). *Política e Antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.
- Batista, A. C. (2020) *Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre a Ditadura (2011-2019)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Programa de Pós-Graduação em História. <https://historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS/detalhes-da-tese?id=11953>
- Brasil, M. G. M. (2000). *A segurança pública no “Governo das mudanças”: moralização, modernização e participação*. São Paulo, 288p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17894>
- Caponi, S. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*. 34 (99), 209-224. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.013
- Coelho, M. C. (2020). Porcos-espinhos na pandemia ou A angústia do contágio. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. 1-10. Recuperado de <https://www.reflexpandemia.org/texto-3>
- Conectas Direitos Humanos. (2020). *Boletim n. 6 - Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*. São Paulo: CONECTAS/CEPEDISA.

- Conectas Direitos Humanos. (2021). *Boletim n. 10 – Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*. São Paulo: CONECTAS/CEPEDISA.
- Cruz, E. R. (2020). *Pandemia no Planalto: estratégias discursivas de Jair Bolsonaro sobre a Covid-19*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização em Mídia, Informação e Cultura, Universidade de São Paulo] Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação. <http://celacc.eca.usp.br/pt-br/celacc-tcc/1899/detalhe>
- Eco, U. (2020). *O fascismo eterno*. São Paulo: Record.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Henriques, C. M. P., & Vasconcelos, W. (2020). Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Estudos Avançados*. 34 (99). 25-44. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.003
- Kamradt, J., & Di Carlo, J. (2018). Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF*, 13 (2). 55-72. doi: 10.34019/2318-101X.2018.v13.12431
- Lowy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. 124. 652-664. doi: 10.1590/0101-6628.044
- Messenberg, D. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*. 32 (3). 621-648. doi: 10.1590/s0102-69922017.3203004
- Nozaki, W. (2021). A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder? In: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). *Caderno da Reforma Administrativa nº 20*. Brasília, DF: Fonacate.
- O'Donnell, G. (1988). Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: F. W. Reis & G. O'Donnell, (orgs). *A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice.
- Pinheiro, P. S. (1977). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*. 9(1). 43-77. doi: 10.1590/ts.v9i1.86438
- Rocha, C. (2019). “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*. 62 (3). 1-42.
- Rocha, J. C. C. (2021). *Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos.
- Siebert, S., & Pereira, I. V. (2020). A pós-verdade como acontecimento discursivo. *Linguagem em (Dis)curso*. 20 (2). 239-249. doi: 10.1590/1982-4017/200201-00-00
- Silva, E. F. (2019). Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. *Conhecer: debates sobre o público e o privado*. 9 (22). 133-153. doi: 10.32335/2238-0426.2019.9.22.1026
- Silva, I. M. (2020). O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*. 5 (16). 1478-1488. doi: 10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n16.p1478-1488
- Solano, E. (2018). Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise*. 42. 1-29. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>
- Solano, E. (2019). A bolsonarização do Brasil. In: S. Abranches (org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 24-36) São Paulo: Companhia das Letras.
- Tavares, L.P, Oliveira Jr, F.L & Magalhães, M. (2020). Analysis of President Jair Bolsonaro's speeches in the midst of the pandemic: is the coronavirus just a “little flu”? *Research, Society and Development*, 9(7): 1-19. e609974469.
- Torres, M. & Cruz, L.A. (2021) Politização (ou bolsonarização) das PMs: o que esperar das polícias militares nas manifestações de 7 de setembro? #2. *Bemditojor*. <https://bemditojor.com/participacao-de-policiais-militares-nas-manifestacoes-do-7-de-setembro-2/>
- Weber, M.H. (2020). *Covid-19 na perversa narrativa presidencial*. Observatório da Comunicação Pública. <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/0/1800/covid19-na-perversa-narrativa-presidencial/>.